

CÂMARA MUNICIPAL
SANTA FÉ DO SUL

ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO 117/2012

ANO

2012

- PROJETO DE LEI
- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
- PROJETO DE RESOLUÇÃO
- PROPOSTA DE EMENDA A LEI ORGÂNICA

Nº

100/2012

EMENTA

Dispõe sobre o plano de amortização para o Déficit Atuarial do SantaFéPrev - Instituto Municipal de Previdência Social.

AUTOR

EXECUTIVO



DELIBERAÇÃO FINAL

APROVADO

TRAMITAÇÃO

Encaminhado às Comissões:

- CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
 ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
 OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E OUTRAS ATIVIDADES
 SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER E TURISMO
 PLANEJAMENTO, USO, OCUPAÇÃO E PARCELAMENTO DO SOLO

Data: 28 / 08 / 12



Presidente

Discussão:

- ÚNICA DUAS

Processo de Votação:

- SIMBÓLICA NOMINAL SECRETA

Quorum de Aprovação:

- Maioria SIMPLES Maioria ABSOLUTA 2/3

Deliberação:

1ª DISCUSSÃO: 28 / 08 / 12 APROVADO 28 / 08 / 12

REJEITADO / /

2ª DISCUSSÃO: / /

APROVADO / /

REJEITADO / /

Ocorrências:

Urgência Especial: 28 / 08 / 12

Vista: / /

Adiamento de Discussão: / /

Adiamento de Votação: / /

Retirada: / /

Outras ocorrências:

Autógrafo Nº 107 / 2012

Data: 29 / 08 / 12

CÂMARA MUNICIPAL
SANTA FÉ DO SUL

ESTADO DE SÃO PAULO

AUTÓGRAFO Nº 107/2012
PROJETO DE LEI Nº 100/2012

" Dispõe sobre plano de amortização para o Déficit Atuarial do SantaFéPrev - Instituto Municipal de Previdência Social".

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Santa Fé do Sul **decreta:**

Art. 1º - Para a amortização do déficit atuarial, os órgãos públicos da administração direta, autárquica e fundacional e do Poder Legislativo, farão contribuições mensais sobre a remuneração de seus servidores, conforme demonstrado em avaliação atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Município, aplicando-se as alíquotas a seguir:

Ano	Alíquota
2012	3,79%
2013	4,85%
2014	5,91%
2015	6,97%
2016	8,02%
2017	9,08%
2018	10,14%
2019	11,20%
2020	12,26%
2021	13,31%
2022	14,37%
2023	15,43%
2024	16,49%
2025	17,54%
2026	18,60%
2027	19,66%
2028	20,72%
2029	21,78%
2030	22,83%
2031	23,89%
2032	24,95%
2033	26,01%
2034	27,07%
2035	28,12%
2036	29,18%
2037	30,24%
2038	31,30%
2039	32,36%
2040	33,41%
2041	34,47%
2042	35,53%
2043	36,59%
2044	37,64%

§ 1º - O servidor licenciado com prejuízo de vencimentos nos termos do Estatuto dos Funcionários Públicos, além das contribuições previstas nos incisos I e II, do Art. 63 da Lei 1.779 de 15 de junho de 1993, fará também o recolhimento das contribuições fixadas no "caput" deste artigo.

e-mail: camarasantafe@hotmail.com

CÂMARA MUNICIPAL
SANTA FÉ DO SUL

ESTADO DE SÃO PAULO

§ 2º - Observar-se-á para o recolhimento das contribuições previstas no "caput" o mesmo prazo previsto no Art. 65 da Lei nº 1.779 de 15 de junho de 1993.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o art. 2º da Lei nº 2.834 de 24 de agosto de 2011.

Câmara Municipal de Santa Fé do Sul,
29 de agosto de 2012


ANTONIO DONIZETE BALLOTTI
PRESIDENTE


EDINHO BARBIERI
1º SECRETÁRIO



e-mail: camarasantafe@hotmail.com

Rua Dez, 345 - (1º andar) Centro | Caixa Postal 66
Fones/Fax: (17) 3631-1223 ou 3631-7122 | CEP 15775-000 - Santa Fé do Sul (SP)



Prefeitura Municipal
SANTA FÉ DO SUL

Mensagem nº 100/2012

Santa Fé do Sul, 24 de agosto de 2012.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a essa Colenda Casa de Leis, o incluso projeto que dispõe sobre plano de amortização para o Déficit Atuarial do SantaFéPrev - Instituto Municipal de Previdência Social.

Em levantamento atuarial recente, o Fundo Municipal de Previdência apontou a necessidade da alteração da supramencionada lei, objetivando buscar o equilíbrio atuarial daquela Autarquia.

Como Vossas Senhorias bem sabem, é o equilíbrio atuarial que permite que o Fundo Municipal de Previdência garanta aos seus segurados o pagamento dos benefícios previstos em lei, dentre eles, a aposentadoria dos servidores públicos.

A proposta da autarquia de previdência é amparada em laudo técnico de empresa especializada, feito em conformidade com a legislação federal pertinente.

Remetemos anexo, cópia do expediente do Fundo Municipal de Previdência, que oferece maiores detalhes sobre o assunto.

Por tratar-se de matéria de aplicação imediata, rogo a tramitação em regime de urgência, nos termos do disposto no artigo 43 da Lei Orgânica do Município.

Na expectativa da sempre sábia apreciação dessa Colenda Corte, reitero a Vossa Excelência e a seus nobres pares minhas manifestações de apreço e alta consideração.

Antonio Carlos Favaleça
Prefeito

Excelentíssimo Senhor
Antonio Donizete Ballotti
Presidente da Câmara Municipal
Santa Fé do Sul – SP.



Prefeitura Municipal
SANTA FÉ DO SUL

100/2012

PROJETO DE LEI Nº

Dispõe sobre plano de amortização para o Déficit Atuarial do SantaFéPrev - Instituto Municipal de Previdência Social.

Antonio Carlos Favaleça, Prefeito da Estância Turística de Santa Fé do Sul, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber que a **Câmara Municipal** aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Para a amortização do déficit atuarial, os órgãos públicos da administração direta, autárquica e fundacional e do Poder Legislativo, farão contribuições mensais sobre a remuneração de seus servidores, conforme demonstrado em avaliação atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Município, aplicando-se as alíquotas a seguir:

Ano	Alíquota
2012	3,79%
2013	4,85%
2014	5,91%
2015	6,97%
2016	8,02%
2017	9,08%
2018	10,14%
2019	11,20%
2020	12,26%
2021	13,31%
2022	14,37%
2023	15,43%
2024	16,49%
2025	17,54%
2026	18,60%
2027	19,66%
2028	20,72%
2029	21,78%
2030	22,83%
2031	23,89%
2032	24,95%
2033	26,01%
2034	27,07%
2035	28,12%
2036	29,18%
2037	30,24%
2038	31,30%
2039	32,36%
2040	33,41%
2041	34,47%
2042	35,53%
2043	36,59%
2044	37,64%



Prefeitura Municipal
SANTA FÉ DO SUL

§ 1º - O servidor licenciado com prejuízo de vencimentos nos termos do Estatuto dos Funcionários Públicos, além das contribuições previstas nos incisos I e II, do Art. 63 da Lei 1.779 de 15 de junho de 1993, fará também o recolhimento das contribuições fixadas no "caput" deste artigo.

§ 2º - Observar-se-á para o recolhimento das contribuições previstas no "caput" o mesmo prazo previsto no Art. 65 da Lei nº 1.779 de 15 de junho de 1993.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o art. 2º da Lei nº 2.834 de 24 de agosto de 2011.

Estância Turística de Santa Fé do Sul (SP), 24 de agosto de 2012.

Antonio Carlos Favaleça
Prefeito



Senhor Presidente:

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DO SUL, com fundamento no inciso IV, alínea "b", do artigo 166, do Regimento Interno, ouvido o Colendo Plenário, requer


urgência especial

para tramitação do **Projeto de Lei nº. 100/2012**, de autoria do Executivo Municipal, cuja ementa é a seguinte: **"Dispõe sobre o plano de amortização para o Déficit Atuarial do SantaFéPrev - Instituto Municipal de Previdência Social"**.

JUSTIFICATIVA:

A relevância de que se reveste a matéria, sobretudo em se considerando os argumentos contidos na Mensagem que acompanha o referido Projeto, autoriza sua tramitação em regime de urgência especial.


Sala das Sessões Dr. João Alfredo do Amaral Ribeiro,
28 de agosto de 2012



Vereador FÁBIO DOS REIS VICENZI
Presidente da Comissão



Vereador ALCIR GILBERTO ZAINA
Relator



Vereador ANICETO FACIONE
Membro

a: urgência

Processo nº. 117/2012

PROJETO DE LEI Nº. 100/2012.

Ementa: “Dispõe sobre o plano de amortização para o Déficit Atuarial do SantaFéPrev - Instituto Municipal de Previdência Social”.

Autor: Executivo Municipal

PARECER

A **COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DO SUL**, após os devidos estudos e criteriosa análise sobre o Projeto em epígrafe, nada encontrando quanto ao seu aspecto financeiro e orçamentário, que possa obstar a sua aprovação, resolveu emitir parecer **FAVORÁVEL**, recomendando sua inclusão na pauta da Ordem do Dia, tal como está redigido.

Este o parecer, **s.m.j.**

Sala das Comissões, 28 de agosto de 2012.

a) vereador **ALCIR GILBERTO ZAINA**
Presidente da Comissão

a) vereador **FABIO DOS REIS VICENZI**
Relator

a) vereador **JOSÉ EMÍDIO ARAÚJO CALAZANS**
Membro

a: finanças

Processo nº. 117/2012

PROJETO DE LEI Nº. 100/2012.

Ementa: “Dispõe sobre o plano de amortização para o Déficit Atuarial do SantaFéPrev - Instituto Municipal de Previdência Social”.

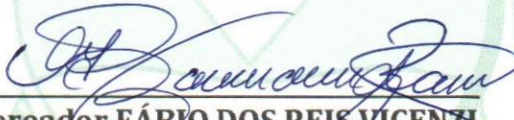
Autor: Executivo Municipal

PARECER

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DO SUL, após os devidos estudos e criteriosa análise sobre o Projeto em epígrafe, nada encontrando quanto ao seu aspecto constitucional, legal e regimental, bem como quanto ao seu aspecto gramatical e lógico, que possa obstar a sua aprovação, resolveu emitir parecer **FAVORÁVEL**, recomendando sua inclusão na pauta da Ordem do Dia, tal como está redigido.

Este o parecer, *s.m.j.*

Sala das Comissões, 28 de agosto de 2012.



a) vereador **FÁBIO DOS REIS VICENZI**
Presidente da Comissão



a) vereador **ALCIR GILBERTO ZAINA**
Relator



a) vereador **ANICETO FACIONE**
Membro

a: justiça



Jales, 04 de julho de 2012.

Assunto: NOTA TECNICA

Estamos enviando a Nota Técnica Atuarial de 2012 para suas apreciações.

O referido trabalho, foi elaborado dentro das novas normas atuariais definadas pelo Ministerio da Previdência e implantadas já para esse exercicio.

No inicio de 2012, fomos solicitados a iniciar os trabalhos junto com esse Instituto visto que o CRP está com esse item pendente.

Por essa razão, iniciamos os trabalhos com dados de 2011 visto que ate entao, faltava informações para dar continuidade.

Para podermos disponibilizar o DRAA junto ao Ministério da Previdência seria nbecessário que fosse feito a quitação para que pudessemos enviar o pagamento ao profissional habilitado, o que o mesmo disponibilizou de imediato.

Feito isso, demos continuidade aos trabalhos , aguardando assim o recebimento dos arquivos pendentes.

Tão logo os mesmos foram recepcionados, demos continuidade aos trabalhos.

O trabalho executado para o Instituto de Previdência de Santa Fé do Sul, é elaborado totalmente por nossa empresa, ficando para o cliente, tao somente o envio de arquivos de dados, tanto impresso quanto magnetico.

Nossa empresa efetua trabalhos para esse Instituto desde 2005 e não é nosso interesse causar transtornos e sim, prestar o melhor serviço possível.

Hábil Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda
Rua Treze nº 2375 sala 402 4º andar -Centro - Jales - SP
CEP 15.700-034 CNPJ - 07.150.993/0001-271



Lembramos que o plano de amortização da dívida atuarial deverá ser feito através de instrumento legal já para esse exercício.

O trabalho impresso será enviado via correio a esse Instituto.

Desde já, nos colocamos a disposição para quaisquer dúvidas que vierem a surgir.

Grato

Altemir Flavio da Silva
Socio Proprietário



NOTA TÉCNICA ATUARIAL

MUNICÍPIO DE SANTA FÉ DO SUL - SP

Curitiba, 04 de julho de 2012

HÁBIL CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.
C.N.P.J./MF. 07.150.993/0001-27.
Rua Treze, nº. 2375, Centro. Jales - São Paulo.

Recebido em 20/07/2012.

SFS, 20/07/2012

Ronaldinho
Ronaldo da Silva Salvini
Presidente - Santa Fé Prev



NOTA TÉCNICA ATUARIAL

INTRODUÇÃO

A avaliação atuarial tem por finalidade verificar a situação atual do Regime Próprio de Previdência Social do Município conforme determina a lei nº 9.717 de 27 de novembro de 1998 e suas alterações em seu artigo 1º, I:

“ Art. 1º Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal deverão ser organizados, baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, observados os seguintes critérios:

“I - realização de avaliação atuarial inicial e em cada balanço utilizando-se parâmetros gerais, para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios; (Alterado pela MP nº 2.187-13, de 24.8.2001).”.

Para a realização da avaliação do plano de custeio dos benefícios mantidos pelo regime próprio de previdência social dos servidores públicos do município levamos em consideração o benefício definido em lei municipal, em consonância com a Lei Federal n.º 9717/98 atualizada pela Medida Provisória nº 2.187-13 de 24 de agosto de 2001, bem como pela Medida Provisória nº 167 de 19 de fevereiro de 2004 e posteriormente pela lei nº 10.887 de 18 de junho de 2004, a Constituição Federal/1988 atualizada pela Emenda Constitucional nº 20 de 15 de dezembro de 1998 e pela Emenda Constitucional nº 41 de 31 de dezembro de 2003, a portarias nº 402 e 403 de 10 de dezembro de 2008, portaria MPAS nº 7796, de 28 de agosto de 2000 e atualizações das legislações acima citadas.

1. OBJETIVO

A nota técnica atuarial tem por finalidade apresentar os parâmetros e diretrizes adotadas na avaliação atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Município, conforme determina a Portaria nº 403 de 10 de dezembro de 2010.

HÁBIL CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.
C.N.P.J./MF. 07.150.993/0001-27.
Rua Treze, nº. 2375, Centro. Jales - São Paulo.



2. BASES FINANCEIRAS E ATUARIAIS

2.1. TÁBUAS BIOMÉTRICAS:

São tábuas de sobrevivência e de mortalidade, utilizadas para calcular os custos dos benefícios previdenciários, sendo as utilizadas para esta avaliação, conforme a Portaria nº 403 de 10 de dezembro de 2008, que dispõe sobre as normas gerais de atuária, as seguintes:

2.1.1. Mortalidade Geral: IBGE 2008 (Ambos os sexos) – Extrapolada (MPS)

2.1.2. Mortalidade de Inválidos: IAPC

2.1.3. Entrada em Invalidez: ÁLVARO VINDAS

2.1.4. Mortalidade de Ativos: A função mortalidade de ativos, qx^{aa} é construída pelo método de Hamza, a partir das três tabelas citadas. Com essas funções construiu-se a tabela de comutação. A tabela de comutação é utilizada para o cálculo do valor de contribuição referente a cada servidor para que o mesmo tenha direito a uma das aposentadorias previstas em Lei, com proventos proporcionais ou integrais conforme especificado no art. 40 da Constituição Brasileira, e para determinar o valor da contribuição de cada servidor para que o seu dependente tenha direito a uma pensão por morte quando o mesmo falecer, bem como é utilizada também para determinar o valor das reservas matemáticas.

2.1.5. Auxílio doença: Tábua Hubar-LAFITE quando o Ente não possui a informação para realização do cálculo deste benefício.

2.1.6. Salário Maternidade: Taxas de fecundidade e de fertilidade – IBGE, quando o Ente não possui a informação para realização do cálculo deste benefício.

2.2. EXPECTATIVA DE REPOSIÇÃO DE SERVIDORES ATIVOS:

Foi adotado o critério de reposição de servidores, através de novos entrados no Regime Próprio de Previdência Social do Município na proporção de 1 para 1(1:1).

2.3. ROTATIVIDADE:

Nula

HÁBIL CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.
C.N.P.J./MF. 07.150.993/0001-27.
Rua Treze, nº. 2375, Centro. Jales – São Paulo.



2.4. COMPOSIÇÃO FAMILIAR:

Os valores atuais dos benefícios de pensão por morte de servidor de qualquer natureza foram calculados levando-se em consideração que cada servidor ativo possui um cônjuge, previsto em determinações de cálculos de seguros de vida em grupo, onde se defasa as idades em três anos para mais ou para menos de acordo com o sexo do segurado principal, ou seja, se o segurado principal for do sexo masculino automaticamente seu cônjuge terá idade igual a 3 anos menos a idade principal e vice-versa.

2.5. TAXA DE JUROS REAL:

A taxa de juros real utilizada para o cálculo atuarial é de 6% ao ano, líquida, ou seja, completamente pura e sem o acréscimo de riscos de retornos de investimentos. Diante deste fato aconselha-se que a taxa mínima de aplicação financeira deverá ser superior a 6% ao ano.

2.6. TAXA REAL DO CRESCIMENTO DA REMUNERAÇÃO POR MÉRITO:

O critério adotado é equivalente ao adicional por tempo de serviço, ou seja, foi incorporado um percentual mínimo de 1% a.a. nas fórmulas utilizadas para determinar os valores atuais dos benefícios futuros bem como a projeção dos proventos no momento do evento gerador do benefício.

2.7. PROJEÇÃO DO CRESCIMENTO DO SALÁRIO POR PRODUTIVIDADE:

O critério adotado é equivalente ao adicional por tempo de serviço, ou seja, foi incorporado um percentual mínimo de 1% a.a. nas fórmulas utilizadas para determinar os valores atuais dos benefícios futuros bem como a projeção dos proventos no momento do evento gerador do benefício.

2.8. PROJEÇÃO DO CRESCIMENTO DOS BENEFÍCIOS DO PLANO

O critério adotado é equivalente ao adicional por tempo de serviço, ou seja, foi incorporado um percentual mínimo de 1% a.a. nas fórmulas utilizadas para determinar os valores atuais dos benefícios futuros bem como a projeção dos proventos no momento do evento gerador do benefício.



que não seja para a garantia de pagamento dos benefícios previdenciários, foi calculada uma taxa adicional de 2% para a cobertura de despesas administrativas.

2.13. DADOS CADASTRAIS DOS SERVIDORES

Os dados utilizados para a realização desta avaliação foram fornecidos, via internet (e-mail), pelo REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO na data base de 31 de DEZEMBRO de 2011, segundo lay-out fornecido pela HÁBIL – Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.

3. MODALIDADE DOS BENEFÍCIOS ASSEGURADOS PELO RPPS - ESTRUTURA DO PLANO DE BENEFÍCIOS E METODOLOGIA DE CÁLCULO PARA CADA BENEFÍCIO ASSEGURADO PELO RPPS e suas EVOLUÇÕES DOS BENEFÍCIOS ASSEGURADOS PELO RPPS, CONTRIBUIÇÕES e RESERVAS DE NATUREZA ATUARIAL.

3.1. Os benefícios futuros que serão cobertos pelo plano são do tipo “Benefício Definido”.

3.2. Em conformidade com as leis vigentes, os benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do Município são:

3.2.1. Quanto ao servidor:

- a) Aposentadoria por invalidez;
- b) Aposentadoria por idade;
- c) Aposentadoria por tempo de contribuição;
- d) Aposentadoria compulsória;
- e) Auxílio Doença;
- f) Salário Família;
- g) Salário Maternidade.

3.2.2. Quanto ao dependente:

- a) Pensão por morte do servidor;
- b) Auxílio - Reclusão.

3.3. Valor dos benefícios - Conforme determina a Lei nº 10.887 de 18 de junho de



2004 em seu artigo 1º, parágrafos de 1 a 5:

"Art. 1º No cálculo dos proventos de aposentadoria dos servidores titulares de cargo efetivo de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, previsto no § 3º do art. 40 da Constituição Federal e no art. 2º da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003, será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.

§ 1º As remunerações consideradas no cálculo do valor inicial dos proventos terão os seus valores atualizados mês a mês de acordo com a variação integral do índice fixado para a atualização dos salários-de-contribuição considerados no cálculo dos benefícios do regime geral de previdência social.

§ 2º A base de cálculo dos proventos será a remuneração do servidor no cargo efetivo nas competências a partir de julho de 1994 em que não tenha havido contribuição para regime próprio.

§ 3º Os valores das remunerações a serem utilizadas no cálculo de que trata este artigo serão comprovados mediante documento fornecido pelos órgãos e entidades gestoras dos regimes de previdência aos quais o servidor esteve vinculado ou por outro documento público, na forma do regulamento.

§ 4º Para os fins deste artigo, as remunerações consideradas no cálculo da aposentadoria, atualizadas na forma do § 1º deste artigo, não poderão ser:

- I - inferiores ao valor do salário-mínimo;*
- II - superiores ao limite máximo do salário-de-contribuição, quanto aos meses em que o servidor esteve vinculado ao regime geral de previdência social.*

§ 5º Os proventos, calculados de acordo com o caput deste artigo, por ocasião de sua concessão, não poderão ser inferiores ao valor do salário-mínimo nem exceder a remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria."

4. REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO POR BENEFÍCIOS ASSEGURADOS PELO PLANO DO RPPS

São os critérios de cálculos matemáticos empregados para encontrar o equilíbrio atuarial entre a receita de contribuições dos servidores, sendo eles os ativos, inativos e pensionistas, conforme consta da Emenda Constitucional nº 41, acrescentada da receita de contribuição do município e os encargos do plano de benefícios definidos garantidos pelo Regime Próprio de Previdência Social em questão.

4.1. Os Regimes de Financeiros adotados para a avaliação atuarial do plano de benefícios assegurado pelo REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS

HÁBIL CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.
C.N.P.J./MF. 07.150.993/0001-27.
Rua Treze, nº. 2375, Centro. Jales - São Paulo.



SERVIDORES DO MUNICÍPIO são:

REGIME FINANCEIRO ADOTADO POR TIPO DE BENEFÍCIO		
REPARTIÇÃO SIMPLES	REPARTIÇÃO DE CAPITAL DE COBERTURA	CAPITALIZAÇÃO
Auxílio Doença	Aposentadoria por Invalidez	Aposentadoria por Idade
Salário Família	Pensão por Morte de Ativos	Aposentadoria por Tempo de Contribuição
Salário Maternidade		Aposentadoria Compulsória
Auxílio Reclusão		

4.1.1. REGIME FINANCEIRO DE REPARTIÇÃO SIMPLES:

No caso do Regime de Repartição Simples a cada ano é apenas avaliado o valor do custo normal a ser arrecadado para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios que serão pagos no exercício conforme quadro acima. As Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e de Benefícios Concedidos neste regime são nulas.

4.1.2. REGIME FINANCEIRO DE REPARTIÇÃO DE CAPITAL DE COBERTURA:

No caso do Regime de Repartição de Capital de Cobertura a cada ano é avaliado apenas o valor do custo normal a ser arrecadado relativamente ao Capital de Cobertura necessário para fazer face aos compromissos referentes aos benefícios risco não programável e de prestação continuada que se iniciarão no exercício. A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder neste regime é nula. Quando ocorrer o evento invalidez ou morte de servidor o capital de cobertura correspondente a esse benefício é transferido para Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos, que passará a ser reavaliada anualmente em regime de capitalização.

4.1.3. REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO PELO MÉTODO DE FINANCIAMENTO CRÉDITO UNITÁRIO PROJETADO (PUC):

As receitas provenientes das contribuições durante o período laborativo, ou seja, em que o servidor encontra-se na força de trabalho, são acumuladas e capitalizadas e devem equilibrar-se com as despesas relacionadas com os futuros benefícios, podendo os mesmos ser de prestação única ou de prestação continuada. Neste caso,

HÁBIL CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.
C.N.P.J./MF. 07.150.993/0001-27.
Rua Treze, nº. 2375, Centro. Jales - São Paulo.



consideramos dois períodos distintos, onde o primeiro é referente à acumulação das reservas e o segundo referente a pagamento de benefícios. São constituídas reservas técnicas para o grupo, este subdividido em benefícios a conceder (atuais ativos e iminentes) e benefícios concedidos (atuais inativos e pensionistas).

5. FORMULAÇÕES MATEMÁTICAS:

As formulações matemáticas utilizadas na avaliação/reavaliação atuarial para a determinação dos valores atuais dos compromissos (do RPPS, Ente público, Servidor e Compensação Previdenciária), das provisões matemáticas, dos custos, e atribuição do custeio estão separadas por regime financeiro e subdivididas em Benefícios a Conceder e Benefícios Concedidos, quando for o caso, classificando-se em cada item os respectivos benefícios.

5.1.1. REGIME FINANCEIRO DE REPARTIÇÃO SIMPLES:

5.1.1.1. Benefícios a Conceder:

5.1.1.1.1. Auxílio Doença:

$$CN_x^{AD} = f \times BEN^{AD} \times 2$$

$$CN_T^{AD\%} = \frac{\sum_{serv=1}^n CN_{serv}^{AD}}{FSal} \times 100$$

5.1.1.1.2. Salário Família:

$$CN_x^{SF} = f \times BEN^{SF} \times 2$$

$$CN_T^{SF\%} = \frac{\sum_{serv=1}^n CN_{serv}^{SF}}{FSal} \times 100$$

HÁBIL CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.
C.N.P.J./MF. 07.150.993/0001-27.
Rua Treze, nº. 2375, Centro. Jales - São Paulo.



5.1.1.1.3. Salário Maternidade:

$$CN_x^{SM} = f \times BEN_x^{SM} \times 2$$

$$CN_T^{SM\%} = \frac{\sum_{serv=1}^n CN_{serv}^{SM}}{FSal} \times 100$$

5.1.1.1.4. Auxílio Reclusão:

$$CN_x^{AR} = f \times BEN_x^{AR} \times 2$$

$$CN_T^{AR\%} = \frac{\sum_{serv=1}^n CN_{serv}^{AR}}{FSal} \times 100$$

5.1.2. REGIME FINANCEIRO DE REPARTIÇÃO DE CAPITAL DE COBERTURA:

5.1.2.1. Benefícios a Conceder:

5.1.2.1.1. Aposentadoria por invalidez:

$$CN_x^{API} = f \times BEN_x^{PMS} \times i_x \times a_x^{aiH(12)} \times FC$$

$$CN_T^{API\%} = \frac{\sum_{serv=1}^n CN_{serv}^{API}}{FSal} \times 100$$

5.1.2.1.2. Pensão por Morte de Servidor:



$$CN_x^{PMS} = f \times BEN_x^{PMS} \times q_x^{aa} \times a_x^{aH(12)} \times FC$$

$$CN_T^{PMS\%} = \frac{\sum_{serv=1}^n CN_{serv}^{PMS}}{FSal} \times 100$$

5.1.3. REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO:

5.1.3.1. Benefícios a Conceder avaliados pelo método PUC:

5.1.3.1.1. Aposentadoria para servidores válidos: por idade, tempo de contribuição e compulsória:

5.1.3.1.1.1. Valor Atual dos Benefícios Futuros – VABF

$$VABF_x = f \times BENPROJ \times \frac{D_r^{aa}}{D_x^{aa}} \times \ddot{a}_r^{(12)} \times FC$$

5.1.3.1.1.2. Valor Atual das Contribuições Futuras - VACF

$$VACF_x = VABF_x - PMBaC_x$$

5.1.3.1.1.3. Provisão Matemática dos Benefícios A Conceder – PMBaC

$$PMBaC_x = \frac{x-e}{r-e} \times VABF_x$$

5.1.3.1.1.4. Custo Normal

$$CN_x = \frac{VABF_x}{r-e}$$

$$CN_T^{APV\%} = \frac{\sum_{serv=1}^n CN_{serv}^{APV}}{FSal} \times 100$$



5.1.3.2. Benefícios Concedidos:

5.1.3.2.1. Aposentadoria concedida a servidores válidos:

5.1.3.2.1.1. Valor Atual dos Benefícios Futuros – VABF

$$VABF_x^{APV} = f \times BEN_x \times \left(\ddot{a}_x^{(12)} + p^{pen} \times \ddot{a}_x^{H(12)} \right) \times FC$$

5.1.3.2.1.2. Valor Atual das Contribuições Futuras - VACF

$$VACF_x^{APV} = f \times [CONTR_x] \times \ddot{a}_x^{(12)} \times FC$$

Sendo:

$$CONTR_x = \begin{cases} \text{Se } BEN_x < \text{TetoINSS} \text{ então: } CONTR_x = \text{nula} \\ \text{Caso contrário: } CONTR_x = (BEN_x - \text{TetoINSS}) \times 11\% \end{cases} \text{IBC}$$

$$PMBC_x^{APV} = VABF_x^{APV} - VACF_x^{APV}$$

5.1.3.2.2. Aposentadoria concedida a servidores inválidos:

5.1.3.2.2.1. Valor Atual dos Benefícios Futuros – VABF

$$VABF_x^{API} = f \times BEN_x \times \left(\ddot{a}_x^{i(12)} + p^{pen} \times \ddot{a}_x^{iH(12)} \right) \times FC$$

5.1.3.2.2.2. Valor Atual das Contribuições Futuras - VACF

$$VACF_x^{API} = f \times [CONTR_x] \times \ddot{a}_x^{i(12)} \times FC$$

Sendo:

$$CONTR_x = \begin{cases} \text{Se } BEN_x < \text{TetoINSS} \text{ então: } CONTR_x = \text{nula} \\ \text{Caso contrário: } CONTR_x = (BEN_x - \text{TetoINSS}) \times 11\% \end{cases}$$

5.1.3.2.2.3. Provisão Matemática dos Benefícios Concedidos – PMBC

$$PMBC_x^{API} = VABF_x^{API} - VACF_x^{API}$$

5.1.3.2.3. Pensão concedida a dependentes de servidores:

5.1.3.2.3.1. Valor Atual dos Benefícios Futuros – VABF

$$VABF_x^{PEN} = f \times BEN_x \times H_x \times FC$$

HÁBIL CONS
Rua Treze,

$$C.H_x = \begin{cases} \text{Assumirá a função atuarial de acordo com a condição biométrica do pensionista;} \\ \ddot{a}_x \text{ pensionista válido vitalício} \\ \ddot{a}_x^i \text{ pensionista inválido} \\ \ddot{a}_{x:\overline{21-x}|} \text{ no caso de 1 pensionista menor de idade} \\ \text{etc...} \end{cases}$$



5.1.3.2.3.2. Valor Atual das Contribuições Futuras - VACF

$$VACF_x^{PEN} = f \times [CONTR_x] \times H_x \times FC$$

Sendo:

$$CONTR_x = \begin{cases} \text{Se } BEN_x < TetoINSS \text{ então: } CONTR_x = \text{nula} \\ \text{Caso contrário: } CONTR_x = (BEN_x - TetoINSS) \times 11\% \end{cases}$$

5.1.3.2.3.3. Provisão Matemática dos Benefícios Concedidos – PMBC

$$PMBaC_x^{PEN} = VABF_x^{PEN} - VACF_x^{PEN}$$

5.1.3.3. Compensação Previdenciária

A Compensação Previdenciária é calculada através de um fator de aplicação sobre o VABF, onde este fator corresponde ao período trabalhado junto ao RGPS somando o tempo de serviço anterior ao tempo em que o servidor já estava no quadro do Município, porém ainda não existia o RPPS, sobre o tempo total trabalhado, considerando apenas os Benefícios a Conceder e obedecendo como limite máximo a determinação do Artigo 11 da Portaria 403/2008.

6. SEGREGAÇÃO DE MASSAS:

Não possui.

7. DEFINIÇÕES:

SIMBOLOGIA	DESCRIÇÃO
a	idade de entrada do segurado participante no sistema previdenciário;
e	idade de entrada do segurado participante no RPPS;
x	idade do segurado participante na data do cálculo para avaliação atuarial;
r	idade projetada de aposentadoria do segurado participante por tempo de contribuição, especial ou velhice, considerando a que primeiro ocorrer em termos de benefício integral;
e - a	tempo de contribuição para outro(s) regime(s) do sistema previdenciário;
x - e	tempo de contribuição para o RPPS até a data do cálculo;
r - x	tempo que falta para cumprir pelo segurado participante até a idade

HÁBIL CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.
C.N.P.J./MF. 07.150.993/0001-27.
Rua Treze, nº. 2375, Centro. Jales - São Paulo.



SIMBOLOGIA	DESCRIÇÃO
	programada de aposentadoria;
w	idade limite de uma Tabela de Mortalidade Geral;
w_i	idade limite de uma Tabela de Mortalidade de Inválidos;
w_a	idade limite de uma Tabela de Mortalidade de Ativos;
aa	índice exponencial para indicar segurado participante ativo;
ai	índice exponencial para indicar segurado participante ativo que se invalida na força de trabalho;
H	índice exponencial para indicar evento que gera pensão por morte de uma pessoa fora da força de trabalho;
aH	índice exponencial para indicar evento de morte de segurado participante ativo e que gera pensão;
aiH	índice exponencial para indicar evento de morte de segurado ativo que se invalida durante período laborativo programado e que gera pensão;
Linha da vida do segurado participante ativo	a ————— e ————— x ————— r ————— w_a
i_x	é a probabilidade de uma pessoa de idade "x" se invalidar antes de atingir a idade "x+1";
q_x^{aa}	probabilidade de uma pessoa ativa de idade "x" falecer antes de completar a idade "x+1";
q_x	probabilidade de uma pessoa qualquer de idade "x" falecer antes de completar a idade "x+1";
a_x	valor à vista de uma anuidade de R\$ 1,00 vitalícia postecipada
$a_x^{(2)}$	valor à vista de uma anuidade de R\$ 1,00 mensalizada vitalícia postecipada;
a_x^i	valor à vista de uma anuidade de R\$ 1,00 vitalícia postecipada a ser pago a uma pessoa invalida a partir de uma idade "x";
$a_x^{i(2)}$	valor à vista de uma anuidade de R\$ 1,00 vitalícia postecipada a ser pago a uma pessoa a partir de uma idade "x";
FC	Fator de capacidade da Remuneração ou do Benefício
f	Frequência de pagamento do benefício no ano (nº de prestações)
CONTRx	Contribuição a ser paga pelo aposentado ou pensionista
FRA ou FSaI	Folha Salarial (remunerações) anual
p^{pen}	Percentual da pensão.



8. GLOSSÁRIO:

NOME TÉCNICO	DESCRIÇÃO
Ativos	São os atuais servidores que estão na força de trabalho e fazem parte do regime próprio de previdência.
Iminentes –	São os servidores que, na data base do cálculo atuarial, já teriam direito a pedir aposentadoria, porém ainda estão na força de trabalho.
Inativos	São os servidores que estão recebendo benefícios de aposentadorias.
Pensionistas	São os dependentes dos servidores ativos ou inativos que vieram a falecer e gerar o benefício de pensão.
Data base	É a data utilizada para coleta dos dados necessários para a realização da avaliação atuarial. É desta data que o cálculo atuarial começa a vigorar até a mesma data do exercício subsequente, pois é com base nela que são realizados os cálculos que englobam o plano de benefícios do Regime Próprio de Previdência Social.
Custo Total	É o valor total para cobertura de todos os eventos que provavelmente irão ocorrer, tomando por base o que ocorreu de acordo com a tábua biométrica utilizada e a natureza do benefício previdenciário que se está avaliando, ou seja, se o grupo analisado não sofrer alterações conforme o previsto, o valor do custo total, em tese, fornece valores tais que poderíamos afirmar que se existisse em caixa esse valor, não seria necessária a contribuição para o RPPS, pois o seu valor deverá cobrir todo o evento aleatório previdenciário até o grupo em análise se extinguir (morrer).
Compensação Previdenciária	É o valor referente ao período de tempo trabalhado pelo servidor em que o mesmo recolheu a contribuição para o Regime Geral de Previdência Social. Este valor foi estimado somente para benefícios a conceder e o mesmo foi calculado atuarialmente aplicando-se os critérios dispostos na Portaria nº 6.209, de 16 de dezembro de 1999 do MPAS, a qual se refere a benefícios concedidos.
Contribuição Futura	Corresponde ao valor referente ao período que o servidor e o Município possuem para contribuir até a data do evento gerador do benefício. Lembrando que o Município não poderá contribuir com percentual inferior ao do servidor e nem superior ao dobro deste, bem como, o percentual mínimo de contribuição do servidor deverá ser igual ao percentual adotado para os servidores da União (11%), conforme determina a legislação vigente.
Provisão Matemática Previdenciária	Correspondem ao valor do custo total do plano deduzido as contribuições futuras, sendo dividida em duas partes: provisão matemática para benefícios a conceder (servidores ativos e iminentes) e provisão matemática para benefícios concedidos (servidores inativos e pensionistas).



Reservas Matemáticas a Amortizar	Corresponde ao valor dos compromissos especiais por parte do Município para com o Regime Próprio de Previdência Social (custo suplementar referente aos benefícios a conceder, custo suplementar referente aos benefícios concedidos e custo adicional).
Déficit Técnico	Corresponde à reserva matemática a amortizar, neste caso, à soma dos valores referentes ao custo suplementar e custo adicional.
Superávit Técnico	Significa que o Regime Próprio de Previdência Social analisado possui patrimônio superior ao valor das reservas matemáticas, neste caso deverá realizar a reserva de contingência de benefícios.
Reserva de Contingência	Deve-se calcular 25% do valor das reservas matemáticas, para que através da diferença entre o superávit alcançado e o valor da reserva de contingência, possa ser utilizado como reserva para ajustes do plano.
Reserva Técnica	Corresponde ao valor do patrimônio do regime próprio de previdência. São considerados como patrimônio apenas os valores em caixa (bancos), aplicações financeiras, bens imóveis e móveis, sendo desconsiderando para efeito de cálculo atuarial os valores a receber (confissões de dívidas, dações de terrenos, imóveis). Os valores a receber serão incorporados ao valor do patrimônio, no cálculo atuarial, após o recebimento destes.
Custo Suplementar ou Reserva Matemática do Tempo de Serviço Passado	Referente ao período de tempo passado trabalhado pelo servidor até a data de ingresso deste servidor no Regime Próprio de Previdência Social (benefícios a conceder – servidores ativos e iminentes), sendo o seu valor determinado pelo produto dos anos calendários, compreendido entre a idade inicial do servidor na força de trabalho e a idade de ingresso do servidor no Regime Próprio de Previdência Social. Este custo, no momento da ocorrência do evento gerador do benefício deverá ser recalculado a fim de que seja dividida a responsabilidade de aportes financeiros entre o Município e outro/s regime/s a que esteve vinculado o servidor anteriormente ao seu ingresso no regime próprio. Com relação ao custo suplementar referente aos benefícios concedidos (aposentadorias e pensões) os seus valores atuais foram calculados levando-se em consideração as idades dos beneficiários na data do cálculo e dos valores desses benefícios, utilizando-se valores de comutações Tabela IBGE-2008, Taxa de 6% aa.
Custo Adicional	Corresponde a um determinado valor que compreende o período de tempo em que o servidor ingressou no Regime Próprio de Previdência até a data base do cálculo atuarial. Esse valor é o que o RPPS deve possuir como patrimônio, ao menos. No caso do RPPS não possuir este valor, o mesmo passa a ser um passivo determinado pela diferença entre o valor encontrado e o valor do patrimônio, sendo o mesmo de responsabilidade do Município, pois significa que durante este período não houve recolhimento ideal para o Regime Próprio de Previdência. Neste caso o Município deverá realizar pelo menos uma alternativa de



parcelamento desta dívida, que não poderá ser superior a 35 anos de parcelamento. O custo adicional é conhecido também por compromissos especiais por parte do Município ou aportes de responsabilidade do Município para com o Regime Próprio de Previdência Social.

Curitiba, 04 de julho de 2012.

Cristiane Lemos do Prado
Atuária Responsável
MIBA – 1170.



AVALIAÇÃO ATUARIAL DO EXERCÍCIO DE 2012

9. ESTATÍSTICAS OBTIDAS ATRAVÉS DAS INFORMAÇÕES ENVIADAS PARA A REALIZAÇÃO DO CÁLCULO ATUARIAL

9.1. Quantidade de servidores, remuneração média e idade média:

Situação da População Coberta	Quantidade		Remuneração Média (R\$) *		Idade Média	
	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexo Masculino
Ativos	799	585	1.396,89	1.372,63	38	39
Aposentados por tempo de Contribuição	18	12	1.606,24	3.377,34	63	113
Aposentados por Idade	20	24	794,04	774,52	66	70
Aposentados Compulsórios	1	18	1.122,89	760,60	70	75
Aposentados por Invalidez	34	25	1.269,05	1.046,46	55	60
Pensionistas	56	17	1.083,95	742,05	57	39

9.2. Estimativa de servidores por benefícios que serão concedidos:

HOMENS			
APOSENTADORIAS	VOLUNTÁRIA - 65 ANOS	COMPULSÓRIA	VOLUNTÁRIA - TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO
Quantidade	118	220	247
MULHERES			
APOSENTADORIAS	VOLUNTÁRIA - 60 ANOS	COMPULSÓRIA	VOLUNTÁRIA - TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO
Quantidade	261	165	373



9.3. Relação das aposentadorias que serão concedidas por ano:

ANO DE APOSENTADORIA	N. ° DE PESSOAS.
2011	15
2012	4
2013	5
2014	8
2015	7
2016	11
2017	16
2018	24
2019	20
2020	26
2021	23
2022	23
2023	26
2024	32
2025	37
2026	62
2027	40
2028	76
2029	48
2030	71
2031	65
2032	50
2033	90
2034	48
2035	62
2036	76
2037	66
2038	52
2039	50
2040	31
2041	67
2042	46
2043	22
2044	25
2045	17
2046	16
2047 ACIMA	27



10. RESULTADOS

DESCRIÇÃO	VALOR EM R\$(reais)	(%)
CUSTO TOTAL DO PLANO	R\$136.884.321,73	100%
CUSTO TOTAL BENEFÍCIOS A CONCEDER	R\$99.705.856,71	100%
Compromissos Especiais Estimados - Tempo de Serviço Passado	R\$45.078.501,24	45,2%
Compensação Previdenciária - Tempo de RGPS e/ou Outros Regimes	R\$274.477,46	0,3%
Custo Suplementar Estimado - Tempo de RGPS e/ou Outros Regimes	R\$44.804.023,78	44,9%
Contribuição Futura - contribuições periódicas	R\$54.627.355,47	54,8%
CUSTO TOTAL BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R\$37.178.465,02	100%
Reserva Matemática do Tempo de Serviço Passado	R\$37.162.232,95	99,96%
Contribuição Futura - contribuições periódicas	R\$16.232,07	0,04%

Alíquotas de cada benefício garantido pelo plano de benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do Município, sendo a alíquota total correspondente ao valor de contribuições futuras que deverão ser vertidas ao RPPS:

1) APOSENTADORIA POR IDADE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E COMPULSÓRIA -----	10,49%
2) APOSENTADORIA POR INVALIDEZ -----	1,15%
3) REVERSÃO EM PENSÃO POR MORTE DE INATIVO -----	2,03%
4) PENSÃO POR MORTE DE ATIVOS -----	5,33%
5) REVERSÃO EM PENSÃO POR MORTE DE INATIVO POR INVALIDEZ -----	0,93%
6) AUXÍLIO DOENÇA -----	1,63%
7) SALÁRIO FAMÍLIA -----	0,00%
8) SALÁRIO MATERNIDADE -----	0,41%
9) AUXÍLIO RECLUSÃO -----	0,03%

HÁBIL CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.
 C.N.P.J./MF. 07.150.993/0001-27.
 Rua Treze, nº. 2375, Centro. Jales - São Paulo.



11. Alíquotas que deverão ser aplicadas para o custeio do plano, dividindo-o entre Prefeitura, servidores ativos, inativos e pensionistas referente ao custo normal do plano:

DESCRIÇÃO	% CONTRIBUTIVO	INCIDENTE SOBRE
Servidores ativos	11,00%	Remuneração
Servidores inativos	11,00%	Proventos
Servidores pensionistas	11,00%	Proventos
Município – Contribuição Normal	11,00%	Folha Salarial
Despesas Administrativas	2,00%	Folha Salarial
Município Total	13,00%	Folha Salarial

12. Contas Operacionais do Regime Próprio de Previdência Social do Município.

12.1. CUSTO TOTAL COM CONTRIBUIÇÃO FUTURA DE INATIVOS E PENSIONISTAS ----	136.884.321,73
12.1.1 PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS A CONCEDER -----	99.705.856,71
12.1.1.1 APOSENTADORIA POR IDADE, TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E COMPULSÓRIA -	81.751.575,36
12.1.1.2. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ -----	287.491,06
12.1.1.3. REVERSÃO EM PENSÃO POR MORTE -----	15.588.279,06
12.1.1.4. PENSÃO POR MORTE DE ATIVO -----	1.329.990,86
12.1.1.5. REVERSÃO EM PENSÃO POR MORTE DE INATIVO POR INVALIDEZ -----	231.241,59
12.1.1.6. AUXÍLIO DOENÇA -----	407.849,31
12.1.1.7. SALÁRIO FAMÍLIA -----	0,00
12.1.1.8. SALÁRIO MATERNIDADE -----	101.262,60
12.1.1.9. AUXÍLIO RECLUSÃO -----	8.166,86
12.1.2. PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS CONCEDIDOS -----	37.178.465,02
12.1.2.1. INATIVOS - FUNDO FINANCEIRO -----	21.244.819,43
12.1.2.2. REVERSÃO EM PENSÃO POR MORTE - FUNDO FINANCEIRO -----	6.514.801,40
12.1.2.3. PENSIONISTAS - FUNDO FINANCEIRO -----	9.418.844,19
12.2. RESERVAS MATEMÁTICAS A AMORTIZAR -----	(81.966.256,73)
12.2.2.1. BENEFÍCIOS A CONCEDER -----	44.804.023,78
12.2.2.1.1. VALOR PRESENTE -----	99.705.856,71
12.2.2.1.1. (-) CONTRIBUIÇÕES FUTURAS -----	(54.627.355,47)
12.2.2.1.3. COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ESTIMADA -----	(274.477,46)



12.2.2.2. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	37.162.232,95
12.2.2.2.1. VALOR PRESENTE - INATIVOS	21.244.819,43
12.2.2.2.1. (-) CONTRIBUIÇÕES FUTURAS	(10.447,41)
12.2.2.2.2. VALOR PRESENTE REVERSÃO EM PENSÃO POR MORTE - INATIVOS	6.514.801,40
12.2.2.2.2. (-) CONTRIBUIÇÕES FUTURAS	(2.822,20)
12.2.2.2.3. VALOR PRESENTE - PENSIONISTAS	9.418.844,19
12.2.2.2.3. (-) CONTRIBUIÇÕES FUTURAS	(2.962,46)
	(65.344.706,27)
12.3. DÉFICIT TÉCNICO (MUNICÍPIO) (12.4.1 – 12.4.2)	16.621.550,46
12.3.1. RESERVAS TÉCNICAS (PATRIMÔNIO)	
	(65.344.706,27)
12.4. RESERVA MATEMÁTICA CORRESPONDENTE AO DÉFICIT TÉCNICO	(81.966.256,73)
12.4.1. RESERVA MATEMÁTICA A AMORTIZAR	(44.804.023,78)
12.4.1.1. CUSTO SUPLEMENTAR MUNICÍPIO - BENEFÍCIOS A CONCEDER	(37.162.232,95)
12.4.1.2. RESERVA - TEMPO DE SERVIÇO PASSADO - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	16.621.550,46
12.4.2. RESERVAS TÉCNICAS	0,00
12.4.2.1. CUSTO SUPLEMENTAR MUNICÍPIO - BENEFÍCIOS A CONCEDER	16.621.550,46
12.4.2.2. RESERVA - TEMPO DE SERVIÇO PASSADO - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	

13. PLANO DE AMORTIZAÇÃO para o DÉFICIT TÉCNICO com parcelas crescentes durante 33 anos.

13.1. Parcelas anuais

ANO	APORTES REAIS	JUROS	AMORTIZAÇÃO	SALDO	% DA FOLHA
2012	R\$ 955.453,18	R\$ 3.920.682,38	(R\$ 2.965.229,20)	R\$ 68.309.935,47	3,79%
2013	R\$ 1.234.242,02	R\$ 4.098.596,13	(R\$ 2.864.354,11)	R\$ 71.174.289,58	4,85%
2014	R\$ 1.518.511,10	R\$ 4.270.457,37	(R\$ 2.751.946,27)	R\$ 73.926.235,85	5,91%
2015	R\$ 1.808.342,14	R\$ 4.435.574,15	(R\$ 2.627.232,01)	R\$ 76.553.467,87	6,97%
2016	R\$ 2.103.817,94	R\$ 4.593.208,07	(R\$ 2.489.390,13)	R\$ 79.042.858,00	8,02%
2017	R\$ 2.405.022,43	R\$ 4.742.571,48	(R\$ 2.337.549,05)	R\$ 81.380.407,05	9,08%
2018	R\$ 2.712.040,62	R\$ 4.882.824,42	(R\$ 2.170.783,80)	R\$ 83.551.190,85	10,14%
2019	R\$ 3.024.958,68	R\$ 5.013.071,45	(R\$ 1.988.112,77)	R\$ 85.539.303,62	11,20%
2020	R\$ 3.343.863,89	R\$ 5.132.358,22	(R\$ 1.788.494,32)	R\$ 87.327.797,94	12,26%
2021	R\$ 3.668.844,72	R\$ 5.239.667,88	(R\$ 1.570.823,16)	R\$ 88.898.621,10	13,31%
2022	R\$ 3.999.990,77	R\$ 5.333.917,27	(R\$ 1.333.926,50)	R\$ 90.232.547,59	14,37%
2023	R\$ 4.337.392,86	R\$ 5.413.952,86	(R\$ 1.076.560,00)	R\$ 91.309.107,59	15,43%
2024	R\$ 4.681.142,99	R\$ 5.478.546,46	(R\$ 797.403,46)	R\$ 92.106.511,05	16,49%
2025	R\$ 5.031.334,39	R\$ 5.526.390,66	(R\$ 495.056,28)	R\$ 92.601.567,33	17,54%
2026	R\$ 5.388.061,49	R\$ 5.556.094,04	(R\$ 168.032,55)	R\$ 92.769.599,88	18,60%
2027	R\$ 5.751.420,01	R\$ 5.566.175,99	R\$ 185.244,02	R\$ 92.584.355,86	19,66%

HÁBIL CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.
 C.N.P.J./MF. 07.150.993/0001-27.
 Rua Treze, nº. 2375, Centro. Jales - São Paulo.



2028	R\$ 6.121.506,89	R\$ 5.555.061,35	R\$ 566.445,54	R\$ 92.017.910,32	20,72%
2029	R\$ 6.498.420,37	R\$ 5.521.074,62	R\$ 977.345,75	R\$ 91.040.564,57	21,78%
2030	R\$ 6.882.259,97	R\$ 5.462.433,87	R\$ 1.419.826,09	R\$ 89.620.738,47	22,83%
2031	R\$ 7.273.126,51	R\$ 5.377.244,31	R\$ 1.895.882,20	R\$ 87.724.856,27	23,89%
2032	R\$ 7.671.122,16	R\$ 5.263.491,38	R\$ 2.407.630,79	R\$ 85.317.225,48	24,95%
2033	R\$ 8.076.350,41	R\$ 5.119.033,53	R\$ 2.957.316,89	R\$ 82.359.908,60	26,01%
2034	R\$ 8.488.916,12	R\$ 4.941.594,52	R\$ 3.547.321,60	R\$ 78.812.586,99	27,07%
2035	R\$ 8.908.925,50	R\$ 4.728.755,22	R\$ 4.180.170,28	R\$ 74.632.416,71	28,12%
2036	R\$ 9.336.486,18	R\$ 4.477.945,00	R\$ 4.858.541,18	R\$ 69.773.875,53	29,18%
2037	R\$ 9.771.707,18	R\$ 4.186.432,53	R\$ 5.585.274,65	R\$ 64.188.600,88	30,24%
2038	R\$ 10.214.698,95	R\$ 3.851.316,05	R\$ 6.363.382,90	R\$ 57.825.217,98	31,30%
2039	R\$ 10.665.573,39	R\$ 3.469.513,08	R\$ 7.196.060,31	R\$ 50.629.157,68	32,36%
2040	R\$ 11.124.443,84	R\$ 3.037.749,46	R\$ 8.086.694,38	R\$ 42.542.463,29	33,41%
2041	R\$ 11.591.425,15	R\$ 2.552.547,80	R\$ 9.038.877,35	R\$ 33.503.585,94	34,47%
2042	R\$ 12.066.633,64	R\$ 2.010.215,16	R\$ 10.056.418,48	R\$ 23.447.167,45	35,53%
2043	R\$ 12.550.187,16	R\$ 1.406.830,05	R\$ 11.143.357,11	R\$ 12.303.810,35	36,59%
2044	R\$ 13.042.205,08	R\$ 738.228,62	R\$ 12.303.976,46	(R\$ 166,11)	37,64%

13.2 Parcelas mensais referentes ao exercício de 2.012

MESES	DÉFICIT TÉCNICO	APORTES REAIS	JUROS	MONTANTE
31/1/2012	R\$ 955.453,18	R\$ 77.455,18	R\$ 0,00	R\$ 77.455,18
29/2/2012		R\$ 77.455,18	R\$ 387,28	R\$ 155.297,63
31/3/2012		R\$ 77.455,18	R\$ 776,49	R\$ 233.529,30
30/4/2012		R\$ 77.455,18	R\$ 1.167,65	R\$ 312.152,12
31/5/2012		R\$ 77.455,18	R\$ 1.560,76	R\$ 391.168,06
30/6/2012		R\$ 77.455,18	R\$ 1.955,84	R\$ 470.579,08
31/7/2012		R\$ 77.455,18	R\$ 2.352,90	R\$ 550.387,15
31/8/2012		R\$ 77.455,18	R\$ 2.751,94	R\$ 630.594,26
30/9/2012		R\$ 77.455,18	R\$ 3.152,97	R\$ 711.202,41
31/10/2012		R\$ 77.455,18	R\$ 3.556,01	R\$ 792.213,60
30/11/2012		R\$ 77.455,18	R\$ 3.961,07	R\$ 873.629,85
31/12/2012		R\$ 77.455,18	R\$ 4.368,15	R\$ 955.453,18

O déficit técnico de R\$ 65.344.706,27 deverá ser aportado pelo Município em parcelas de amortização, conforme demonstrado nos quadros acima (13.1 e 13.2), onde os aportes serão postecipados, podendo o Município optar por fazer reposição mensal ou anual ou aplicar a alíquota correspondente a este custo referida no item 13.1, para o exercício, para que haja equilíbrio financeiro-actuarial conforme determina a Legislação vigente.



14. Projeções atuariais do Regime Próprio de Previdência Social do Município.

14.1 Demonstrativos das receitas previdenciárias e financeira

ANO	RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO	RECEITA FINANCEIRA	AMORTIZAÇÃO DÉFICIT	COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA
31/12/2012	R\$5.161.476,50	R\$0,00	R\$901.370,92	R\$9.342,80
31/12/2013	R\$4.858.863,69	1.134.881,08	R\$1.098.471,01	R\$9.809,95
31/12/2014	R\$4.596.869,75	1.266.141,81	R\$1.274.971,20	R\$10.277,09
31/12/2015	R\$4.333.297,37	1.390.871,60	R\$1.432.376,35	R\$10.744,23
31/12/2016	R\$4.093.467,66	1.504.140,87	R\$1.572.095,15	R\$11.211,37
31/12/2017	R\$3.866.804,59	1.605.925,94	R\$1.695.445,91	R\$11.678,51
31/12/2018	R\$3.642.039,70	1.695.788,74	R\$1.803.661,91	R\$12.145,65
31/12/2019	R\$3.439.540,11	1.769.214,44	R\$1.897.896,50	R\$12.612,79
31/12/2020	R\$3.263.230,20	1.817.369,41	R\$1.979.227,90	R\$13.079,93
31/12/2021	R\$3.113.270,11	1.852.002,80	R\$2.048.663,73	R\$13.547,07
31/12/2022	R\$2.950.811,60	1.867.560,21	R\$2.107.145,24	R\$14.014,21
31/12/2023	R\$2.794.995,74	1.865.838,26	R\$2.155.551,37	R\$14.481,35
31/12/2024	R\$2.653.898,03	1.846.218,01	R\$2.194.702,50	R\$14.948,49
31/12/2025	R\$2.498.122,42	1.809.505,98	R\$2.225.364,05	R\$15.415,63
31/12/2026	R\$2.367.136,50	1.757.004,87	R\$2.248.249,81	R\$15.882,77
31/12/2027	R\$2.221.441,38	1.688.857,79	R\$2.264.025,11	R\$16.349,91
31/12/2028	R\$2.082.914,79	1.594.176,91	R\$2.273.309,85	R\$16.817,05
31/12/2029	R\$2.014.332,92	1.488.205,39	R\$2.276.681,23	R\$17.284,19
31/12/2030	R\$1.899.027,89	1.354.884,24	R\$2.274.676,46	R\$17.751,33
31/12/2031	R\$1.687.127,84	1.211.306,73	R\$2.267.795,23	R\$18.218,47
31/12/2032	R\$1.509.471,62	1.043.270,54	R\$2.256.502,03	R\$18.685,61
31/12/2033	R\$1.440.577,58	847.391,78	R\$2.241.228,40	R\$19.152,75
31/12/2034	R\$1.299.406,35	649.154,07	R\$2.222.374,99	R\$19.619,89
31/12/2035	R\$1.212.867,68	424.090,60	R\$2.200.313,49	R\$20.087,03
31/12/2036	R\$987.401,80	281.497,26	R\$2.175.388,49	R\$20.554,17
31/12/2037	R\$915.661,44	129.141,02	R\$2.147.919,24	R\$21.021,31
31/12/2038	R\$810.884,49	-	R\$2.118.201,20	R\$21.488,45
31/12/2039	R\$823.276,25	-	R\$2.086.507,65	R\$21.955,59
31/12/2040	R\$799.655,09	-	R\$2.053.091,08	R\$22.422,73
31/12/2041	R\$775.601,22	-	R\$2.018.184,55	R\$22.889,87
31/12/2042	R\$733.886,90	-	R\$1.982.002,98	R\$23.357,01

HÁBIL CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.
 C.N.P.J./MF. 07.150.993/0001-27.
 Rua Treze, nº. 2375, Centro. Jales - São Paulo.



31/12/2043	R\$679.071,92	-	R\$1.944.744,33	R\$23.824,15
31/12/2044	R\$644.950,89	-	R\$1.906.590,70	R\$24.291,29
31/12/2045	R\$616.171,02	-	R\$0,00	R\$24.758,43
31/12/2046	R\$584.199,43	-	R\$0,00	R\$25.225,57
31/12/2047	R\$551.251,17	-	R\$0,00	R\$25.692,71
31/12/2048	R\$524.571,14	-	R\$0,00	R\$26.159,85
31/12/2049	R\$506.035,92	-	R\$0,00	R\$26.626,99
31/12/2050	R\$483.000,55	-	R\$0,00	R\$27.094,13
31/12/2051	R\$452.479,93	-	R\$0,00	R\$27.561,27
31/12/2052	R\$430.991,02	-	R\$0,00	R\$28.028,41
31/12/2053	R\$393.022,20	-	R\$0,00	R\$28.495,55
31/12/2054	R\$358.112,29	-	R\$0,00	R\$28.962,70
31/12/2055	R\$331.726,57	-	R\$0,00	R\$29.429,84
31/12/2056	R\$312.102,41	-	R\$0,00	R\$29.896,98
31/12/2057	R\$290.282,04	-	R\$0,00	R\$30.364,12
31/12/2058	R\$250.243,94	-	R\$0,00	R\$30.831,26
31/12/2059	R\$235.187,14	-	R\$0,00	R\$31.298,40
31/12/2060	R\$202.763,39	-	R\$0,00	R\$31.765,54
31/12/2061	R\$190.175,09	-	R\$0,00	R\$32.232,68
31/12/2062	R\$178.383,72	-	R\$0,00	R\$32.699,82
31/12/2063	R\$150.061,88	-	R\$0,00	R\$33.166,96
31/12/2064	R\$140.629,85	-	R\$0,00	R\$33.634,10
31/12/2065	R\$124.821,95	-	R\$0,00	R\$34.101,24
31/12/2066	R\$110.801,49	-	R\$0,00	R\$34.568,38
31/12/2067	R\$97.754,31	-	R\$0,00	R\$35.035,52
31/12/2068	R\$86.182,61	-	R\$0,00	R\$35.502,66
31/12/2069	R\$73.336,87	-	R\$0,00	R\$35.969,80
31/12/2070	R\$54.990,43	-	R\$0,00	R\$36.436,94
31/12/2071	R\$45.554,80	-	R\$0,00	R\$36.904,08
31/12/2072	R\$38.687,86	-	R\$0,00	R\$37.371,22
31/12/2073	R\$28.242,96	-	R\$0,00	R\$37.838,36
31/12/2074	R\$26.422,25	-	R\$0,00	R\$38.305,50
31/12/2075	R\$23.048,18	-	R\$0,00	R\$38.772,64
31/12/2076	R\$19.469,91	-	R\$0,00	R\$39.239,78
31/12/2077	R\$15.540,81	-	R\$0,00	R\$39.706,92
31/12/2078	R\$14.515,85	-	R\$0,00	R\$40.174,06
31/12/2079	R\$12.196,33	-	R\$0,00	R\$40.641,20

HÁBIL CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.
 C.N.P.J./MF. 07.150.993/0001-27.
 Rua Treze, nº. 2375, Centro. Jales - São Paulo.



31/12/2080	R\$11.376,70	-	R\$0,00	R\$41.108,34
31/12/2081	R\$9.385,83	-	R\$0,00	R\$41.575,48
31/12/2082	R\$7.869,57	-	R\$0,00	R\$42.042,62
31/12/2083	R\$4.633,07	-	R\$0,00	R\$42.509,76
31/12/2084	R\$3.402,15	-	R\$0,00	R\$42.976,90
31/12/2085	R\$3.166,17	-	R\$0,00	R\$43.444,04
31/12/2086	R\$1.436,03	-	R\$0,00	R\$43.911,18
31/12/2087	R\$1.336,05	-	R\$0,00	R\$0,00

14.2 Valores obtidos através do cálculo de novos entrados constante da projeção atuarial para o custeio dos benefícios previdenciários relacionados à geração futura:

14.2.1 Provisão para Benefícios a Conceder: R\$ 112.148.623,08.

14.2.2 Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios: R\$ 112.148.623,08.

14.2.3 Contribuição do Ente para a geração futura: R\$ 56.074.311,54.

14.2.4 Contribuição do servidor ativo para a geração futura: R\$ 56.074.311,54.

14.2.5 Contribuição do servidor inativo para a geração futura: R\$ 0,00.

14.2.6 Contribuição do servidor pensionista para a geração futura: R\$ 0,00.



14.3 Projeção atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Município de **SANTA FÉ DO SUL - SP**, considerando as receitas de contribuição, compensação previdenciária e reposição do déficit técnico (14.1) e os valores da geração futura (14.2) para os próximos 75 anos conforme determina a legislação em vigor.

ANO	RECEITA	DESPESA	RESULTADO
31/12/2012	R\$ 6.072.190,22	R\$ 3.779.056,06	R\$ 18.914.684,62
31/12/2013	R\$ 5.967.144,64	R\$ 3.779.465,76	R\$ 21.102.363,50
31/12/2014	R\$ 5.882.118,04	R\$ 3.803.288,28	R\$ 23.181.193,27
31/12/2015	R\$ 5.776.417,95	R\$ 3.888.596,72	R\$ 25.069.014,49
31/12/2016	R\$ 5.676.774,18	R\$ 3.980.356,25	R\$ 26.765.432,42
31/12/2017	R\$ 5.573.929,01	R\$ 4.076.215,84	R\$ 28.263.145,59
31/12/2018	R\$ 5.457.847,26	R\$ 4.234.085,47	R\$ 29.486.907,38
31/12/2019	R\$ 5.350.049,39	R\$ 4.547.466,59	R\$ 30.289.490,18
31/12/2020	R\$ 5.255.538,02	R\$ 4.678.314,93	R\$ 30.866.713,28
31/12/2021	R\$ 5.175.480,90	R\$ 4.916.190,66	R\$ 31.126.003,52
31/12/2022	R\$ 5.071.971,04	R\$ 5.100.670,23	R\$ 31.097.304,34
31/12/2023	R\$ 4.965.028,45	R\$ 5.292.032,61	R\$ 30.770.300,18
31/12/2024	R\$ 4.863.549,02	R\$ 5.475.416,13	R\$ 30.158.433,08
31/12/2025	R\$ 4.738.902,09	R\$ 5.613.920,61	R\$ 29.283.414,56
31/12/2026	R\$ 4.631.269,08	R\$ 5.767.053,86	R\$ 28.147.629,78
31/12/2027	R\$ 4.501.816,40	R\$ 6.079.830,98	R\$ 26.569.615,19
31/12/2028	R\$ 4.373.041,69	R\$ 6.139.233,74	R\$ 24.803.423,14
31/12/2029	R\$ 4.308.298,34	R\$ 6.530.317,45	R\$ 22.581.404,04
31/12/2030	R\$ 4.191.455,68	R\$ 6.584.414,19	R\$ 20.188.445,53
31/12/2031	R\$ 3.973.141,54	R\$ 6.773.744,79	R\$ 17.387.842,28
31/12/2032	R\$ 3.784.659,26	R\$ 7.049.305,27	R\$ 14.123.196,28
31/12/2033	R\$ 3.700.958,74	R\$ 7.004.920,57	R\$ 10.819.234,45
31/12/2034	R\$ 3.541.401,23	R\$ 7.292.458,98	R\$ 7.068.176,70
31/12/2035	R\$ 3.433.268,20	R\$ 5.809.823,90	R\$ 4.691.620,99
31/12/2036	R\$ 3.183.344,47	R\$ 5.722.615,08	R\$ 2.152.350,38
31/12/2037	R\$ 3.084.601,99	R\$ 6.088.466,51	(R\$ 851.514,14)
31/12/2038	R\$ 2.950.574,14	R\$ 5.963.321,96	(R\$ 3.864.261,95)
31/12/2039	R\$ 2.931.739,48	R\$ 5.750.532,83	(R\$ 6.683.055,30)
31/12/2040	R\$ 2.875.168,90	R\$ 5.510.602,53	(R\$ 9.318.488,92)
31/12/2041	R\$ 2.816.675,64	R\$ 5.165.362,25	(R\$ 11.667.175,53)

HÁBIL CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.
 C.N.P.J./MF. 07.150.993/0001-27.
 Rua Treze, nº. 2375, Centro. Jales - São Paulo.



31/12/2042	R\$ 2.739.246,90	R\$ 4.848.781,84	(R\$ 13.776.710,47)
31/12/2043	R\$ 2.647.640,41	R\$ 4.517.199,90	(R\$ 15.646.269,97)
31/12/2044	R\$ 2.575.832,88	R\$ 4.031.987,91	(R\$ 17.102.424,99)
31/12/2045	R\$ 640.929,45	R\$ 3.641.866,47	(R\$ 20.103.362,01)
31/12/2046	R\$ 609.425,00	R\$ 3.167.229,69	(R\$ 22.661.166,69)
31/12/2047	R\$ 576.943,88	R\$ 2.781.372,14	(R\$ 24.865.594,95)
31/12/2048	R\$ 550.730,99	R\$ 2.350.297,87	(R\$ 26.665.161,83)
31/12/2049	R\$ 532.662,91	R\$ 1.994.047,40	(R\$ 28.126.546,31)
31/12/2050	R\$ 510.094,69	R\$ 1.640.405,42	(R\$ 29.256.857,05)
31/12/2051	R\$ 480.041,21	R\$ 1.367.050,66	(R\$ 30.143.866,50)
31/12/2052	R\$ 459.019,43	R\$ 1.087.134,38	(R\$ 30.771.981,45)
31/12/2053	R\$ 421.517,76	R\$ 968.112,71	(R\$ 31.318.576,40)
31/12/2054	R\$ 387.074,99	R\$ 768.512,37	(R\$ 31.700.013,78)
31/12/2055	R\$ 361.156,41	R\$ 762.068,84	(R\$ 32.100.926,22)
31/12/2056	R\$ 341.999,39	R\$ 637.416,10	(R\$ 32.396.342,93)
31/12/2057	R\$ 320.646,16	R\$ 596.117,18	(R\$ 32.671.813,96)
31/12/2058	R\$ 281.075,19	R\$ 506.344,47	(R\$ 32.897.083,23)
31/12/2059	R\$ 266.485,54	R\$ 504.679,33	(R\$ 33.135.277,02)
31/12/2060	R\$ 234.528,93	R\$ 431.600,25	(R\$ 33.332.348,35)
31/12/2061	R\$ 222.407,77	R\$ 526.921,38	(R\$ 33.636.861,95)
31/12/2062	R\$ 211.083,53	R\$ 462.548,60	(R\$ 33.888.327,02)
31/12/2063	R\$ 183.228,84	R\$ 468.406,24	(R\$ 34.173.504,42)
31/12/2064	R\$ 174.263,95	R\$ 406.960,69	(R\$ 34.406.201,16)
31/12/2065	R\$ 158.923,19	R\$ 513.062,81	(R\$ 34.760.340,78)
31/12/2066	R\$ 145.369,87	R\$ 432.225,19	(R\$ 35.047.196,11)
31/12/2067	R\$ 132.789,82	R\$ 383.519,40	(R\$ 35.297.925,68)
31/12/2068	R\$ 121.685,26	R\$ 302.574,47	(R\$ 35.478.814,89)
31/12/2069	R\$ 109.306,67	R\$ 320.099,33	(R\$ 35.689.607,55)
31/12/2070	R\$ 91.427,37	R\$ 255.734,52	(R\$ 35.853.914,70)
31/12/2071	R\$ 82.458,88	R\$ 289.264,64	(R\$ 36.060.720,46)
31/12/2072	R\$ 76.059,08	R\$ 220.894,33	(R\$ 36.205.555,71)
31/12/2073	R\$ 66.081,32	R\$ 208.063,15	(R\$ 36.347.537,54)
31/12/2074	R\$ 64.727,75	R\$ 154.405,60	(R\$ 36.437.215,40)
31/12/2075	R\$ 61.820,82	R\$ 167.662,36	(R\$ 36.543.056,94)
31/12/2076	R\$ 58.709,70	R\$ 117.626,07	(R\$ 36.601.973,32)
31/12/2077	R\$ 55.247,74	R\$ 102.107,20	(R\$ 36.648.832,78)
31/12/2078	R\$ 54.689,91	R\$ 64.121,12	(R\$ 36.658.263,99)

HÁBIL CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.
 C.N.P.J./MF. 07.150.993/0001-27.
 Rua Treze, nº. 2375, Centro. Jales - São Paulo.



31/12/2079	R\$ 52.837,53	R\$ 66.808,41	(R\$ 36.672.234,86)
31/12/2080	R\$ 52.485,04	R\$ 40.379,65	(R\$ 36.660.129,48)
31/12/2081	R\$ 50.961,31	R\$ 29.362,61	(R\$ 36.638.530,77)
31/12/2082	R\$ 49.912,19	R\$ 15.206,96	(R\$ 36.603.825,55)
31/12/2083	R\$ 47.142,84	R\$ 6.375,98	(R\$ 36.563.058,69)
31/12/2084	R\$ 46.379,05	R\$ 850,12	(R\$ 36.517.529,76)
31/12/2085	R\$ 46.610,21	R\$ 735,66	(R\$ 36.471.655,22)
31/12/2086	R\$ 45.347,22	R\$ 356,91	(R\$ 36.426.664,91)
31/12/2087	R\$ 1.336,05	R\$ 931,68	(R\$ 36.426.260,54)

ATUÁRIO RESPONSÁVEL: CRISTIANE LEMOS DO PRADO
Nº DE REGISTRO: MIBA 1170

CONTADOR(A)

PREFEITO(A)

HÁBIL CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.
C.N.P.J./MF. 07.150.993/0001-27.
Rua Treze, nº. 2375, Centro. Jales - São Paulo.



14.4 Projeção atuarial para Lei de Diretrizes Orçamentárias.

ANO	REPASSE PATRONAL	RECEITA PREVIDENCIÁRIA	DESPESA PREVIDENCIÁRIA	RESULTADO	REPASSE RECEBIDO P/ COBERTURA DE DÉFICIT RPPS
2012	R\$ 3.036.095,11	R\$ 3.036.095,11	R\$ 3.779.056,06	R\$ 18.914.684,62	
2013	R\$ 2.983.572,32	R\$ 2.983.572,32	R\$ 3.779.465,76	R\$ 21.102.363,50	
2014	R\$ 2.941.059,02	R\$ 2.941.059,02	R\$ 3.803.288,28	R\$ 23.181.193,27	
2015	R\$ 2.888.208,97	R\$ 2.888.208,97	R\$ 3.888.596,72	R\$ 25.069.014,49	
2016	R\$ 2.838.387,09	R\$ 2.838.387,09	R\$ 3.980.356,25	R\$ 26.765.432,42	
2017	R\$ 2.786.964,50	R\$ 2.786.964,50	R\$ 4.076.215,84	R\$ 28.263.145,59	
2018	R\$ 2.728.923,63	R\$ 2.728.923,63	R\$ 4.234.085,47	R\$ 29.486.907,38	
2019	R\$ 2.675.024,70	R\$ 2.675.024,70	R\$ 4.547.466,59	R\$ 30.289.490,18	
2020	R\$ 2.627.769,01	R\$ 2.627.769,01	R\$ 4.678.314,93	R\$ 30.866.713,28	
2021	R\$ 2.587.740,45	R\$ 2.587.740,45	R\$ 4.916.190,66	R\$ 31.126.003,52	
2022	R\$ 2.535.985,52	R\$ 2.535.985,52	R\$ 5.100.670,23	R\$ 31.097.304,34	
2023	R\$ 2.482.514,23	R\$ 2.482.514,23	R\$ 5.292.032,61	R\$ 30.770.300,18	
2024	R\$ 2.431.774,51	R\$ 2.431.774,51	R\$ 5.475.416,13	R\$ 30.158.433,08	
2025	R\$ 2.369.451,05	R\$ 2.369.451,05	R\$ 5.613.920,61	R\$ 29.283.414,56	
2026	R\$ 2.315.634,54	R\$ 2.315.634,54	R\$ 5.767.053,86	R\$ 28.147.629,78	
2027	R\$ 2.250.908,20	R\$ 2.250.908,20	R\$ 6.079.830,98	R\$ 26.569.615,19	
2028	R\$ 2.186.520,84	R\$ 2.186.520,84	R\$ 6.139.233,74	R\$ 24.803.423,14	
2029	R\$ 2.154.149,17	R\$ 2.154.149,17	R\$ 6.530.317,45	R\$ 22.581.404,04	
2030	R\$ 2.095.727,84	R\$ 2.095.727,84	R\$ 6.584.414,19	R\$ 20.188.445,53	
2031	R\$ 1.986.570,77	R\$ 1.986.570,77	R\$ 6.773.744,79	R\$ 17.387.842,28	
2032	R\$ 1.892.329,63	R\$ 1.892.329,63	R\$ 7.049.305,27	R\$ 14.123.196,28	
2033	R\$ 1.850.479,37	R\$ 1.850.479,37	R\$ 7.004.920,57	R\$ 10.819.234,45	
2034	R\$ 1.770.700,61	R\$ 1.770.700,61	R\$ 7.292.458,98	R\$ 7.068.176,70	
2035	R\$ 1.716.634,10	R\$ 1.716.634,10	R\$ 5.809.823,90	R\$ 4.691.620,99	
2036	R\$ 1.591.672,23	R\$ 1.591.672,23	R\$ 5.722.615,08	R\$ 2.152.350,38	
2037	R\$ 1.542.300,99	R\$ 1.542.300,99	R\$ 6.088.466,51	(R\$ 851.514,14)	
2038	R\$ 1.475.287,07	R\$ 1.475.287,07	R\$ 5.963.321,96	(R\$ 3.864.261,95)	
2039	R\$ 1.465.869,74	R\$ 1.465.869,74	R\$ 5.750.532,83	(R\$ 6.683.055,30)	
2040	R\$ 1.437.584,45	R\$ 1.437.584,45	R\$ 5.510.602,53	(R\$ 9.318.488,92)	
2041	R\$ 1.408.337,82	R\$ 1.408.337,82	R\$ 5.165.362,25	(R\$ 11.667.175,53)	
2042	R\$ 1.369.623,45	R\$ 1.369.623,45	R\$ 4.848.781,84	(R\$ 13.776.710,47)	
2043	R\$ 1.323.820,20	R\$ 1.323.820,20	R\$ 4.517.199,90	(R\$ 15.646.269,97)	
2044	R\$ 1.287.916,44	R\$ 1.287.916,44	R\$ 4.031.987,91	(R\$ 17.102.424,99)	
2045	R\$ 320.464,72	R\$ 320.464,72	R\$ 3.641.866,47	(R\$ 20.103.362,01)	
2046	R\$ 304.712,50	R\$ 304.712,50	R\$ 3.167.229,69	(R\$ 22.661.166,69)	
2047	R\$ 288.471,94	R\$ 288.471,94	R\$ 2.781.372,14	(R\$ 24.865.594,95)	
2048	R\$ 275.365,50	R\$ 275.365,50	R\$ 2.350.297,87	(R\$ 26.665.161,83)	
2049	R\$ 266.331,46	R\$ 266.331,46	R\$ 1.994.047,40	(R\$ 28.126.546,31)	
2050	R\$ 255.047,34	R\$ 255.047,34	R\$ 1.640.405,42	(R\$ 29.256.857,05)	
2051	R\$ 240.020,60	R\$ 240.020,60	R\$ 1.367.050,66	(R\$ 30.143.866,50)	

HÁBIL CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.
 C.N.P.J./MF. 07.150.993/0001-27.
 Rua Treze, nº. 2375, Centro. Jales – São Paulo.



2052	R\$ 229.509,72	R\$ 229.509,72	R\$ 1.087.134,38	(R\$ 30.771.981,45)
2053	R\$ 210.758,88	R\$ 210.758,88	R\$ 968.112,71	(R\$ 31.318.576,40)
2054	R\$ 193.537,49	R\$ 193.537,49	R\$ 768.512,37	(R\$ 31.700.013,78)
2055	R\$ 180.578,20	R\$ 180.578,20	R\$ 762.068,84	(R\$ 32.100.926,22)
2056	R\$ 170.999,69	R\$ 170.999,69	R\$ 637.416,10	(R\$ 32.396.342,93)
2057	R\$ 160.323,08	R\$ 160.323,08	R\$ 596.117,18	(R\$ 32.671.813,96)
2058	R\$ 140.537,60	R\$ 140.537,60	R\$ 506.344,47	(R\$ 32.897.083,23)
2059	R\$ 133.242,77	R\$ 133.242,77	R\$ 504.679,33	(R\$ 33.135.277,02)
2060	R\$ 117.264,46	R\$ 117.264,46	R\$ 431.600,25	(R\$ 33.332.348,35)
2061	R\$ 111.203,88	R\$ 111.203,88	R\$ 526.921,38	(R\$ 33.636.861,95)
2062	R\$ 105.541,77	R\$ 105.541,77	R\$ 462.548,60	(R\$ 33.888.327,02)
2063	R\$ 91.614,42	R\$ 91.614,42	R\$ 468.406,24	(R\$ 34.173.504,42)
2064	R\$ 87.131,97	R\$ 87.131,97	R\$ 406.960,69	(R\$ 34.406.201,16)
2065	R\$ 79.461,59	R\$ 79.461,59	R\$ 513.062,81	(R\$ 34.760.340,78)
2066	R\$ 72.684,94	R\$ 72.684,94	R\$ 432.225,19	(R\$ 35.047.196,11)
2067	R\$ 66.394,91	R\$ 66.394,91	R\$ 383.519,40	(R\$ 35.297.925,68)
2068	R\$ 60.842,63	R\$ 60.842,63	R\$ 302.574,47	(R\$ 35.478.814,89)
2069	R\$ 54.653,33	R\$ 54.653,33	R\$ 320.099,33	(R\$ 35.689.607,55)
2070	R\$ 45.713,68	R\$ 45.713,68	R\$ 255.734,52	(R\$ 35.853.914,70)
2071	R\$ 41.229,44	R\$ 41.229,44	R\$ 289.264,64	(R\$ 36.060.720,46)
2072	R\$ 38.029,54	R\$ 38.029,54	R\$ 220.894,33	(R\$ 36.205.555,71)
2073	R\$ 33.040,66	R\$ 33.040,66	R\$ 208.063,15	(R\$ 36.347.537,54)
2074	R\$ 32.363,88	R\$ 32.363,88	R\$ 154.405,60	(R\$ 36.437.215,40)
2075	R\$ 30.910,41	R\$ 30.910,41	R\$ 167.662,36	(R\$ 36.543.056,94)
2076	R\$ 29.354,85	R\$ 29.354,85	R\$ 117.626,07	(R\$ 36.601.973,32)
2077	R\$ 27.623,87	R\$ 27.623,87	R\$ 102.107,20	(R\$ 36.648.832,78)
2078	R\$ 27.344,96	R\$ 27.344,96	R\$ 64.121,12	(R\$ 36.658.263,99)
2079	R\$ 26.418,77	R\$ 26.418,77	R\$ 66.808,41	(R\$ 36.672.234,86)
2080	R\$ 26.242,52	R\$ 26.242,52	R\$ 40.379,65	(R\$ 36.660.129,48)
2081	R\$ 25.480,66	R\$ 25.480,66	R\$ 29.362,61	(R\$ 36.638.530,77)
2082	R\$ 24.956,09	R\$ 24.956,09	R\$ 15.206,96	(R\$ 36.603.825,55)
2083	R\$ 23.571,42	R\$ 23.571,42	R\$ 6.375,98	(R\$ 36.563.058,69)
2084	R\$ 23.189,53	R\$ 23.189,53	R\$ 850,12	(R\$ 36.517.529,76)
2085	R\$ 23.305,11	R\$ 23.305,11	R\$ 735,66	(R\$ 36.471.655,22)
2086	R\$ 22.673,61	R\$ 22.673,61	R\$ 356,91	(R\$ 36.426.664,91)
2087	R\$ 668,03	R\$ 668,03	R\$ 931,68	(R\$ 36.426.260,54)

HÁBIL CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.
 C.N.P.J./MF. 07.150.993/0001-27.
 Rua Treze, nº. 2375, Centro. Jales - São Paulo.



15. PLANO DE CONTAS conforme Portaria nº 95.

2.2.2.5.0.00.00	Provisões Matemáticas Previdenciárias	16.621.550,46
2.2.2.5.4.00.00	Plano Financeiro	-
2.2.2.5.4.01.00	Provisões de Benefícios Concedidos	-
2.2.2.5.4.01.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	-
2.2.2.5.4.01.02	Contribuições do Ente (reduzida)	-
2.2.2.5.4.01.03	Contribuições do Inativo (reduzida)	-
2.2.2.5.4.01.04	Contribuições do Pensionista (reduzida)	-
2.2.2.5.4.01.05	Compensação Previdenciária (reduzida)	-
2.2.2.5.4.01.06	Parcelamento de Débitos Previdenciários (reduzida)	-
2.2.2.5.4.01.07	Assunção de Insuficiência Financeira (reduzida)	-
2.2.2.5.4.02.00	Provisões de Benefícios A Conceder	-
2.2.2.5.4.02.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	-
2.2.2.5.4.02.02	Contribuições do Ente (reduzida)	-
2.2.2.5.4.02.03	Contribuições do Ativo (reduzida)	-
2.2.2.5.4.02.04	Compensação previdenciária (reduzida)	-
2.2.2.5.4.02.05	Parcelamento de Débitos Previdenciários (reduzida)	-
2.2.2.5.4.02.06	Assunção de Insuficiência Financeira (reduzida)	-
2.2.2.5.5.00.00	Plano Previdenciário	
2.2.2.5.5.01.00	Provisões de Benefícios Concedidos	37.162.232,95
2.2.2.5.5.01.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	37.178.465,02
2.2.2.5.5.01.02	Contribuições do Ente (reduzida)	-
2.2.2.5.5.01.03	Contribuições do Inativo (reduzida)	(R\$ 13.269,61)
2.2.2.5.5.01.04	Contribuições do Pensionista (reduzida)	(R\$ 2.962,46)
2.2.2.5.5.01.05	Compensação Previdenciária (reduzida)	-
2.2.2.5.5.01.06	Parcelamento de Débitos Previdenciários (reduzida)	-
2.2.2.5.5.02.00	Provisões de Benefícios A Conceder	44.804.023,78
2.2.2.5.5.02.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	99.705.856,71
2.2.2.5.5.02.02	Contribuições do Ente (reduzida)	(27.313.677,74)
2.2.2.5.5.02.03	Contribuições do Ativo (reduzida)	(27.313.677,74)
2.2.2.5.5.02.04	Compensação Previdenciária (reduzida)	(274.477,46)
2.2.2.5.5.02.05	Parcelamento de Débitos Previdenciários (reduzida)	-
2.2.2.5.5.03.00	Plano de Amortização (reduzida)	65.344.706,27
2.2.2.5.5.03.01	Outros Créditos (reduzida)	-

HÁBIL CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.
 C.N.P.J./MF. 07.150.993/0001-27.
 Rua Treze, nº. 2375, Centro. Jales – São Paulo.



16. PARECER CONCLUSIVO

O Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Município de **SANTA FÉ DO SUL – SP** apresenta déficit técnico na avaliação realizada, conforme o esperado. Isso ocorre devido a não contribuição devida, desde a criação do Regime Próprio, em períodos anteriores às avaliações realizadas pelo RPPS, bem como a atualização de todos os custos para garantia dos benefícios que serão concedidos através do RPPS e principalmente pelo fato de ter diminuído, em média, o período de contribuições futuras dos servidores.

Através da realização da amortização do déficit técnico, seja em aumento de alíquota de contribuição do Município ou em aportes efetuados, o Município estará colaborando para a regularização desta situação e com isto haverá novamente o equilíbrio atuarial esperado.

Porém, deve-se mencionar que esta amortização é adicional às contribuições normais do Município bem como à contribuição adicional referente às despesas administrativas.

A base de dados encontra-se completa e atualizada, com dados exigidos para a realização desta avaliação atuarial. Lembrando que ocorreram divergências nas informações apresentadas na avaliação anterior, sendo que deverá ser retificado o demonstrativo de resultados da avaliação atuarial – DRAA, informado no site do MPAS – Ministério da Previdência e Assistência Social, perante a esta atualização do cálculo atuarial.

Os valores e percentuais informados na presente nota técnica da avaliação atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Município de **SANTA FÉ DO SUL – SP** foram obtidos através das informações fornecidas pelo Município.

Outrossim, os percentuais constantes do quadro de custeio do plano são válidos para o exercício atual devendo ser revistos em caráter de urgência, com base cadastral atualizada em 31/12/2011, ou ajustado em data posterior, quando houver necessidade de ajustes devido a mudança de legislação, ingresso de novos servidores, aumento salarial, alteração de patrimônio e etc, pois havendo qualquer alteração nas premissas utilizadas para o cálculo atuarial aqui apresentados, os resultados alterarão sensivelmente.

Curitiba, 04 de julho de 2012.

Cristiane Lemos do Prado
Atuária Responsável
MIBA – 1170

HÁBIL CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.
C.N.P.J./MF. 07.150.993/0001-27.
Rua Treze, nº. 2375, Centro. Jales – São Paulo.